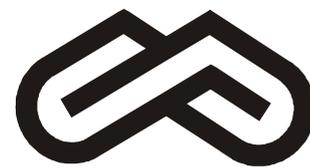


CADERNO

516



Unimontes
EVOLUINDO O CURSO DA VIDA

**CONCURSO PÚBLICO UNIFICADO PARA PROVIMENTO DE
CARGOS EFETIVOS DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS
AGREGADAS NO POLO 3**

Advogado
Advogado (PROCON)
Advogado (Procuradoria Geral)
Advogado (Proteção Social Especial de Média Complexidade)
Advogado Municipal
Analista Administrativo - Advogado
Analista Administrativo / Advogado (Adm. Central)
Procurador Adjunto Municipal

PROVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E LÍNGUA PORTUGUESA

NOME:

Nº DO PRÉDIO:

SALA:

ASSINATURA

COTEC
COMISSÃO
TÉCNICA DE
CONCURSOS

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES

- 01 - Este caderno contém questões do tipo múltipla escolha.
- 02 - Verifique se o caderno contém falhas: folhas em branco, má impressão, páginas trocadas, numeração errada, etc. Encontrando falhas, levante a mão. O Fiscal o atenderá e trocará o seu caderno.
- 03 - Cada questão tem 4 (quatro) alternativas (A - B - C - D). Apenas 1 (uma) resposta é correta. Não marque mais de uma resposta para a mesma questão, nem deixe nenhuma delas sem resposta. Se isso acontecer, a questão será anulada.
- 04 - Para marcar as respostas, use preferencialmente caneta esferográfica com tinta azul ou preta. **NÃO** utilize caneta com tinta vermelha. Assinale a resposta certa, preenchendo toda a área da bolinha ●.
- 05 - Tenha cuidado na marcação da Folha de Respostas, pois ela não será substituída em hipótese alguma.
- 06 - Confira e assine a Folha de Respostas, antes de entregá-la ao Fiscal. **NA FALTA DA ASSINATURA, A SUA PROVA SERÁ ANULADA.**
- 07 - Não se esqueça de assinar a Lista de Presenças.
- 08 - Após UMA HORA, a partir do início das provas, você poderá retirar-se da sala, SEM levar este caderno.
- 09 - Após DUAS HORAS, a partir do início das provas, você poderá retirar-se da sala, levando este caderno.

DURAÇÃO DESTAS PROVAS: TRÊS HORAS

OBS.: Candidatos com cabelos longos deverão deixar as orelhas totalmente descobertas durante a realização das provas. É proibido o uso de boné.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Questões numeradas de 01 a 15

QUESTÃO 01

Artigo 5º, § 3º - Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais (BRASIL, 1988).

A partir do enunciado, pode-se afirmar:

- A) Desde a adesão do Brasil, sem qualquer reserva, ao Pacto de San José da Costa Rica, ambos no ano de 1992, não há mais base legal para prisão civil do depositário infiel, pois o caráter especial desses diplomas internacionais sobre direitos humanos lhes reserva lugar específico no ordenamento jurídico, estando equiparados à Lei Complementar.
- B) A subscrição pelo Brasil do Pacto de São José da Costa Rica, limitando a prisão civil por dívida ao descumprimento inescusável de prestação alimentícia, implicou a derrogação das normas estritamente legais referentes à prisão do depositário infiel, reafirmado o *status* constitucional do referido Pacto.
- C) O *status* normativo supralegal dos tratados internacionais de direitos humanos subscritos pelo Brasil torna inaplicável a legislação infraconstitucional com ele conflitante, seja ela anterior seja posterior ao ato de adesão. Assim ocorreu com o art. 1.287, do CC, de 1916, e com o DL 911/1969, bem como em relação ao art. 652 do Novo CC (Lei 10.406/2002).
- D) No Brasil, duas são as convenções internacionais que ingressaram no ordenamento jurídico nos termos do artigo 5º, § 3º da CRFB/88, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.

QUESTÃO 02

Após a alteração promovida pela EC 15/1996, a Constituição explicitou o alcance do âmbito de consulta para o caso de reformulação territorial de Municípios e, portanto, o significado da expressão “populações diretamente interessadas”, contida na redação originária do § 4º do artigo 18 da Constituição, no sentido de ser necessária a consulta a toda a população afetada pela modificação territorial, o que, no caso de desmembramento, deve envolver tanto a população do território a ser desmembrado quanto a do território remanescente.

Sobre o tema tratado no enunciado, é **CORRETO** o que se afirma:

- A) A criação e a incorporação de Municípios, além de outras exigências, far-se-á por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, expressa através do voto, às populações dos Municípios envolvidos.
- B) Pesquisas de opinião, abaixo-assinados e declarações de organizações comunitárias, favoráveis à criação, à incorporação ou ao desmembramento de Município, atende ao disposto no § 4º, do artigo 18 da Constituição da República.
- C) Seja qual for a modalidade de desmembramento proposta, a validade da lei que o efetive estará subordinada, por força da Constituição, ao referendo, vale dizer, à consulta às populações dos Municípios envolvidos, conforme a dicção do artigo 18, § 4º da Constituição da República.
- D) A alteração dos limites territoriais de Municípios prescinde da consulta prévia às populações diretamente interessadas, de Lei Estadual e deve ocorrer dentro do período estabelecido por Lei Complementar, conforme previsão do artigo 18, § 4º da Constituição da República.

QUESTÃO 03

Os artigos 22 e 24 da Constituição da República especificam o campo de competência legislativa da União. O primeiro [22] enumera as hipóteses de competência legislativa privativa, enquanto o segundo [24] enumera as matérias de competência legislativa concorrente, entre a União, Estados e Distrito Federal.

Quanto às competências privativas e concorrentes, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: Direito Tributário e Agrário.
- B) Compete privativamente à União legislar sobre: Desapropriação, Orçamento, Educação, Cultura e Desporto.
- C) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: Proteção ao Patrimônio Histórico e Registros Públicos.
- D) Compete privativamente à União legislar sobre: Direito Espacial, Trânsito, Transporte e Comércio Interestadual.

QUESTÃO 04

Segundo Hely Lopes Meirelles, o “Ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria”.

Sobre a invalidação dos atos administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A Administração pode anular seus próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados, em todo caso, os direitos adquiridos.
- B) São também revogáveis os atos administrativos especiais ou individuais, mesmo que tenham gerado direito subjetivo aos destinatários.
- C) Com amparo do princípio da legalidade, a anulação do ato administrativo restringe-se à violação frontal da lei, ou seja, abrange apenas a clara infringência do texto legal.
- D) A revogação é a supressão de um ato administrativo discricionário legítimo e eficaz, realizada somente pela Administração Pública, por não mais lhe convir sua existência.

QUESTÃO 05

A Administração Indireta do Estado é o conjunto de pessoas administrativas que, vinculadas à respectiva Administração Direta, tem o objetivo de desempenhar as atividades administrativas de forma descentralizada. Enquanto a Administração Direta é composta por órgãos internos do Estado, a Administração Indireta compõe-se de pessoas jurídicas, também denominadas entidades.

Quanto às entidades que compõe a Administração Pública Indireta, considera-se:

- A) Fundação Pública, a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa.
- B) Autarquia, o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública.
- C) Empresa Pública, a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União.
- D) Sociedade de Economia Mista, a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob qualquer forma societária.

QUESTÃO 06

As hipóteses de contratação direta são exceções ao princípio licitatório, sendo vedado ao Administrador transformar em regra aquilo que o Legislador disciplinou como excepcional. Assim, não se admite o fracionamento das contratações em parcelas inferiores ao limite legal apenas para o fim de dispensar a licitação.

Nesse sentido, é dispensável a licitação para

- A) contratação de profissional de qualquer setor artístico consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública.
- B) aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.
- C) aquisição de bens e insumos destinados exclusivamente à pesquisa científica e tecnologia com recursos concedidos pela CAPES, pela FINEP e pelo CNPq.
- D) contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

QUESTÃO 07

Considerado como o fim desejado de toda a obrigação, o Código Civil de 2002 entendeu por tornar possível o pagamento não só pelo devedor, mas por terceiro interessado e não interessado, além de estabelecer outras variáveis relacionadas ao adimplemento e extinção das obrigações.

Sobre o pagamento, é **CORRETO** afirmar:

- A) O terceiro não interessado, que paga em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar e se sub-roga nos direitos do Credor.
- B) É válido cientemente feito ao credor incapaz de quitar, independentemente de quem se beneficiou do valor correspondente.
- C) Quando for realizado em cotas periódicas, o pagamento da última leva a presunção *juris et de jure* de que estão solvidas as anteriores.
- D) Feito por terceiro, com desconhecimento ou oposição do devedor, não obriga a reembolsar aquele que pagou, se o devedor tinha meios para ilidir a ação.

QUESTÃO 08

Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro.

Sobre essa espécie de contrato, é **CORRETO** afirmar:

- A) Se a venda se realizar à vista de amostras, protótipos ou modelos, entende-se que o vendedor assegura ter a coisa nas qualidades que a elas correspondem.
- B) A fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro que os contratantes designarem ou prometerem designar, ou, também, ao arbítrio exclusivo de uma das partes.
- C) Salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do vendedor, e a cargo do comprador, as da tradição.
- D) Não sendo a venda a crédito, o vendedor não é obrigado a entregar a coisa antes de receber, sendo que, até a tradição, os riscos da coisa correm por conta do comprador.

QUESTÃO 09

A usucapião é considerada modo de aquisição da propriedade móvel ou imóvel. Nesse último caso, pode ocorrer de forma extraordinária, ordinária ou especial.

Sobre a usucapião, é **CORRETO** afirmar:

- A) A expressão “justo título”, contida nos artigos 1.242 e 1.246 do Código Civil, refere-se a todo e qualquer ato jurídico hábil a transferir a propriedade, desde que regularmente registrado.
- B) Os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião, exceção aos bens pertencentes à Sociedade de Economia Mista.
- C) Quando a posse ocorre sobre área superior aos limites legais, é possível a aquisição pela via da usucapião especial, desde que o pedido restrinja a dimensão do que se quer usucapir.
- D) As expressões “ex-cônjuge” e “ex-companheiro”, previstas no artigo 1240-A, referem-se à situação jurídica confirmada por decisão judicial ou escritura pública de separação ou divórcio.

QUESTÃO 10

O Regime Jurídico-Administrativo sugere o reconhecimento de prerrogativas e sujeições no tratamento da Administração Pública. No plano processual, as prerrogativas também podem ser verificadas, em especial na execução contra a Fazenda Pública.

Nesse sentido, é **CORRETO** afirmar:

- A) A execução por quantia certa contra a Fazenda Pública impede que o título executivo seja extrajudicial.
- B) Se o credor for preterido no seu direito de preferência, o Presidente do Tribunal poderá ordenar a penhora dos bens necessários à satisfação do crédito.
- C) Na execução por quantia certa, a Fazenda Pública será citada para opor embargos no prazo de 30 dias.
- D) A apresentação de embargos deve ser precedida da garantia do juízo, mesmo na qualidade de Fazenda Pública.

QUESTÃO 11

O Prefeito do Município de Além Mar, com o auxílio e o consciente contribuição dos membros da Comissão Permanente de Licitação, no âmbito de procedimento licitatório na modalidade Carta-Convite n.º 06/2016, permitiu que a sociedade empresária Papelaria Ltda analisasse o conteúdo sigiloso das propostas comerciais apresentadas pelas demais licitantes e, conseqüentemente, se sagra-se vencedora no referido certame licitatório.

Considerando a narrativa, o Prefeito municipal e os membros da comissão permanente de licitação respondem por:

- A) violação do sigilo funcional, e a Papelaria Ltda, por inutilização de edital ou sinal públicos.
- B) corrupção passiva, e a Papelaria Ltda, por inutilização de documento oficial.
- C) violação do sigilo da proposta de concorrência, e a Papelaria Ltda, pela violação do sigilo da proposta em procedimento licitatório.
- D) violação do sigilo funcional, e a Papelaria Ltda, pela violação do sigilo da proposta em procedimento licitatório.

QUESTÃO 12

José das Couves, aprovado em concurso público para o cargo de médico do pronto-socorro municipal de Além Mar, indignado com a demora nos procedimentos administrativos relacionados à homologação, nomeação, posse e exercício, resolve, por conta própria, vestir o jaleco e atender pacientes no referido pronto-socorro, fazendo-se passar por médico daquela instituição. Nos dias de atendimento, José das Couves aproveitava para angariar clientes para sua clínica particular de ortopedia. Descoberto pelo diretor clínico do pronto-socorro, José das Couves foi impedido de frequentar as dependências do hospital.

Segundo a narrativa, José das Couves poderá responder por

- A) usurpação de função pública, qualificada pela vantagem auferida na captação de clientes.
- B) exercício funcional ilegalmente antecipado, visto que aprovado em concurso público.
- C) usurpação de função pública, pelo exercício da função sem ter sido nomeado por concurso.
- D) exercício de curandeirismo, devido à prescrição e à aplicação de medicamentos aos pacientes.

QUESTÃO 13

O crédito tributário decorre da obrigação principal e possui a mesma natureza dela. Regularmente constituído, o crédito tributário somente se modifica, se extingue ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída nos casos previstos em lei.

Considerando o enunciado, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A conversão de depósito em renda, a transação e a remissão são hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- B) A decisão judicial passada em julgado, a remissão e a dação em pagamento de bens imóveis são modalidades de extinção do crédito tributário.
- C) A concessão de medida liminar em mandado de segurança, o parcelamento e o depósito do montante integral são modalidades de extinção do crédito tributário.
- D) A consignação em pagamento, a isenção e a moratória são hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

QUESTÃO 14

A obrigação tributária trata-se da relação que se estabelece entre o fisco e o particular, surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

No que refere à obrigação tributária, é **CORRETO** afirmar:

- A) A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais e jurídicas, nos termos da lei civil.
- B) O fato gerador é a situação definida pela Administração Pública como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- C) A sucessora responde pelos tributos devidos pela sucedida, multas moratórias ou punições referentes aos fatos geradores ocorridos até a data da sucessão.
- D) O inadimplemento de obrigação tributária pela sociedade empresária gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

QUESTÃO 15

Compete, privativamente, à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Sobre o procedimento descrito no enunciado, pode-se afirmar:

- A) Trata-se de ato administrativo discricionário, cabendo à administração, por critério de conveniência e oportunidade, realizar ou não.
- B) É suprido pela entrega de declaração do contribuinte que reconhece o débito fiscal, constituindo, assim, o crédito tributário.
- C) Reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, salvo se posteriormente modificada ou revogada.
- D) Regularmente notificado ao sujeito passivo, só pode ser alterado em virtude de impugnação do sujeito passivo.

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Questões numeradas de 16 a 25

INSTRUÇÃO: Leia, com atenção, o texto a seguir para responder às questões propostas.

“A xacina do testo”

1 Apezar da xuva, muita jente esteve presente ao ezersisio de jinastica qe teve lugar no colejio. Omens, mulheres e criansas, no fim, cantaram o Ino Nasional. Ouve pesoas qe ate xoraram de emosão cuando a festa terminou. Oje qem qiser pode assistir a nova apresentasão.

A impressão é de escombros do que foi outrora a língua portuguesa em sua forma escrita. Como se 5 tivesse sido atingida por uma bomba e alguns destroços irreconhecíveis houvessem sido resgatados da hecatombe. A comparação não é absurda. Tem o efeito de uma bomba a radical reforma ortográfica defendida pelo site Simplificando a Ortografia (simplificandoaortografia.com), criado pelo professor de português Ernani Pimentel. Sua proposta é acabar com letras que não se pronunciam, como o “H” no início de certas palavras e o “U” que se segue ao “Q” em “quintal” e “querido”, assim como a duplicidade de 10 representação do mesmo som em “S” e “Z”, “SS” e “Ç” ou “G” e “J”.

Não é uma proposta inovadora. Para citar uma das que já se apresentaram com espírito semelhante no passado, o general Bertoldo Klinger, figura preeminente da Era Vargas, não só formulou a sua como a praticou – ele grafava seus textos segundo as regras que inventou. O general (aliás, jeneral) Klinger, em quem o reformador da língua escrita se misturava ao reformador do povo brasileiro, explicava: “Ortografia 15 é lojica. Lojica é ordem. Sem ordem não a nasão. Logo, não a nasão sem ortografia lojica”.

[...] Essa história tem origem nas discórdias que se seguiram à assinatura, em 1990, do Acordo Ortográfico pelo qual os países de língua portuguesa se comprometeram a unificar suas regras ortográficas. Restrições surgiram em todos os países signatários. No Brasil, o acordo deveria entrar em vigor em 2009, e na prática realmente entrou, com sua adoção nas escolas, na imprensa e nas editoras de livros. Oficialmente, 20 no entanto, dadas as divergências com os outros países, adiou-se a entrada em vigor para 2016.

Nesse vácuo entrou a Comissão de Educação [...], que decidiu rediscutir o acordo e criou um grupo de trabalho [...] Duas audiências públicas serão realizadas. Espera-se que, nelas, falem mais alto as palavras da professora Marília Ferreira, presidente da Associação Brasileira de Linguística [...]: “A ortografia não existe para representar a fala, mas é uma representação abstrata e convencional da língua. Para poder ser de 25 fato funcional, a ortografia deve necessariamente afastar-se da diversidade da fala. Só assim se poderá garantir um sistema ortográfico estável e perene em que haja uma única representação gráfica para cada palavra. É essa representação única que torna possível que a palavra seja reconhecida em qualquer texto, independentemente de suas inúmeras pronúncias no espaço e no tempo”.

A alternativa é a xacina do testo em língua portugueza. A anarquia. A ecatombe.

(TOLEDO Roberto Pompeu de. A xacina do testo. **Revista Veja**. p. 106. 21 de setembro de 2014. Adaptado.)

QUESTÃO 16

A partir das ideias defendidas pela autor, pode-se inferir que ele, **EXCETO**

- A) Concorda com a proposta de reforma ortográfica do professor Ernani Pimentel.
- B) Discorda da proposta de reforma ortográfica do professor Ernani Pimentel.
- C) Concorda com a ideia defendida pela professora e linguista Marília Ferreira.
- D) Mantém-se neutro em relação à proposta do professor Ernani Pimentel..

QUESTÃO 17

De acordo com a professora Marília Ferreira, a ortografia cumpre a função de, **EXCETO**

- A) representar convencionalmente a língua.
- B) representar a fala com todas as suas variações.
- C) estabilizar o sistema ortográfico.
- D) permitir o reconhecimento das palavras.

QUESTÃO 18

Considere o trecho: “A impressão é de escombros do que foi outrora a língua portuguesa em sua forma escrita. Como se tivesse sido atingida por uma bomba e alguns destroços irreconhecíveis houvessem sido resgatados da **hecatombe**.” (Linhas 4-6)

Todas as palavras abaixo pertencem ao mesmo campo semântico da palavra negritada, **EXCETO**

- A) escombros.
- B) bomba.
- C) destroços.
- D) outrora

QUESTÃO 19

Entre os recursos usados pelo autor para construir o seu texto, **NÃO** se encontra:

- A) Ironia.
- B) Dados estatísticos.
- C) Intertextualidade.
- D) Linguagem metafórica.

QUESTÃO 20

Considere o trecho: “Apesar da chuva, muita gente esteve presente ao exercício de ginástica que teve lugar no colégio. Homens, mulheres e crianças no fim cantaram o Hino Nacional. Ouve pessoas que até choraram de emoção quando a festa terminou. Hoje quem quiser pode assistir a nova apresentação.” (Linhas 1-3)

Assinale a alternativa que contém a grafia **CORRETA** do trecho acima.

- A) Apesar da chuva, muita gente esteve presente ao exercício de ginástica que teve lugar no colégio. Homens, mulheres e crianças, no fim, cantaram o hino Nacional. Houve pessoas que até choraram de emoção quando a festa terminou. Hoje quem quiser pode assistir à nova apresentação.
- B) Apesar da chuva, muita gente esteve presente ao exercício de ginástica que teve lugar no colégio. Homens, mulheres e crianças no fim cantaram o hino Nacional. Ouve pessoas que até choraram de emoção quando a festa terminou. Hoje quem quiser pode assistir à nova apresentação.
- C) Apesar da chuva, muita gente esteve presente ao exercício de ginástica que teve lugar no colégio. Homens, mulheres e crianças no fim cantaram o hino Nacional. Houve pessoas que até choraram de emoção quando a festa terminou. Hoje quem quiser pode assistir à nova apresentação.
- D) Apesar da chuva, muita gente esteve presente ao exercício de ginástica que teve lugar no colégio. Homens, mulheres e crianças no fim cantaram o hino Nacional. Houve pessoas que até choraram de emoção quando a festa terminou. Hoje quem quiser pode assistir a nova apresentação.

QUESTÃO 21

Assinale a alternativa em que se verifica o uso de verbo com sentido hipotético, estando, pois, no modo subjuntivo.

- A) “Sua proposta é acabar com letras que não se pronunciam, como o “H” no início de certas palavras [...]” (Linhas 8-9)
- B) “[...] ele grafava seus textos segundo as regras que inventou.” (Linha 13)
- C) “Como se tivesse sido atingida por uma bomba e alguns destroços irreconhecíveis houvessem sido resgatados da hecatombe.” (Linhas 4-6)
- D) “No Brasil o acordo deveria entrar em vigor em 2009 [...]” (Linha 18)

QUESTÃO 22

Considere o termo negritado no trecho: “A impressão é de escombros do que foi **outrora** a língua portuguesa em sua forma escrita.” (Linha 4)

Esse termo negritado refere-se a

- A) um tempo presente.
- B) um tempo pretérito.
- C) um tempo futuro.
- D) Um tempo qualquer.

QUESTÃO 23

Considere o trecho: “Oficialmente, **no entanto**, dadas as divergências com os outros países, a presidente Dilma Rousseff adiou a entrada em vigor para 2016.” (Linhas 19-20)

Todos os termos abaixo poderiam substituir a expressão negritada conservando o seu sentido, **EXCETO**

- A) Contudo.
- B) Todavia.
- C) Portanto.
- D) Entretanto.

QUESTÃO 24

Assinale a alternativa em que todas as palavras são acentuadas obedecendo-se à mesma regra.

- A) “É essa representação única que torna possível que a palavra seja reconhecida em qualquer texto [...]” (Linha 27)
- B) “Essa história tem origem nas discórdias que se seguiram.” (Linha 16)
- C) “[...] dadas as divergências com os outros países, adiou-se a entrada em vigor para 2016.” (Linha 20)
- D) “Para citar uma das que já se apresentaram com espírito semelhante no passado [...]” (Linhas 11-12)

QUESTÃO 25

“Essa história tem origem nas discórdias que **se** seguiram à assinatura, em 1990, do Acordo Ortográfico pelo qual os países de língua portuguesa se comprometeram a unificar suas regras ortográficas.” (Linhas 16-17)

Sobre o uso do pronome oblíquo átono negritado nesse trecho, é **CORRETO** afirmar:

- A) Encontra-se em posição proclítica obrigatória pela presença de palavra atrativa.
- B) Encontra-se em posição mesoclítica obrigatória pelo tempo em que se encontra o verbo.
- C) Encontra-se em posição enclítica pela ausência de palavra atrativa.
- D) Encontra-se em posição proclítica facultativa pela ausência de palavra atrativa.

